

# Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO  
ECONOMIA

Na ONU, Bolsonaro pinta retrato distorcido em discurso para sua base..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Discurso funciona para a realidade paralela da bolha..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Guedes, Pacheco e Lira propõem limite de R\$ 39,9 bi para precatórios..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Redução dos incentivos fiscais, o plano imperfeito (Artigo)..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita em operações com bitcoins..... 12

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Fantasmas" na mira..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
SERVIDOR PÚBLICO

Falta de acordo impede votação..... 14

O GLOBO - RJ - RIO  
SERVIDOR PÚBLICO

Alerj aprova aumento de 24% para servidores..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Jabutis da MP dos combustíveis incluem até benefício a aéreas..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Especialistas apontam mais pontos negativos do que positivos em proposta..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

A distância entre versão e fato..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Nas grandes crises, governos sempre salvam empresas em apuros - MERCADO S/A..... 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
ECONOMIA

Acordo reduz quitação de precatórios para R\$ 39 bi..... 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Bolsa se recupera com expectativa de solução para Evergrande e precatórios..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Brasil vai disputar topo entre os países com maior inflação, afirma OCDE..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
ECONOMIA

Presidente distorce a lógica ao transferir culpa da inflação.....31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Precatório ajuda Bolsa, mas persiste risco Evergrande.....32

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

A realidade paralela de Bolsonaro (Editorial).....35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Auxílio Brasil custará R\$ 61,2 bilhões em 2022.....36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Crise testa poder da China para endireitar sistema financeiro.....37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Histórico não sanciona PIB inferior a 1% em 2022, diz SPE.....38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Acordo por precatório avança, mas desagrada parte do Congresso.....39

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

OCDE alerta para riscos do aumento da inflação.....40

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

O dilema dos BCs e a desigualdade (Artigo).....41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Copom não vai adiar cumprimento da meta de inflação.....42

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS  
POLÍTICA

Argentina reabre fronteiras para brasileiros.....43

# Na ONU, Bolsonaro pinta retrato distorcido em discurso para sua base



O ministro Marcelo Queiroga mostra o dedo para manifestantes Reprodução

**Rafael Balago e Lucas Alonso NOVA YORK E BAURU (SP)**

Jair Bolsonaro usou o discurso de abertura da 76ª Assembleia-Geral da ONU, nesta terça (21), para fazer um relato distorcido da situação do Brasil, em um aceno à sua base radical.

Havia a expectativa de que o presidente atendesse

aos apelos da ala moderada do governo e fizesse uma fala de caráter mais diplomático e conciliador, o que não ocorreu. O tom de campanha prevaleceu, pontuado por dados falsos ou distorcidos -e por ataques à imprensa. "Venho aqui mostrar um Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões", disse.

De acordo com auxiliares e parlamentares, o presidente optou por um forte componente ideológico em sua fala para energizar seus apoiadores mais fiéis e tentar mostrar que ele "segue sendo o Bolsonaro" depois de recuos feitos após OS atos do 7 de Setembro.

O principal expoente do grupo ideológico que compôs a comitiva oficial a Nova York foi o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que é filho do presidente da República.

Ainda preocupa o Palácio do Planalto o impacto da "Declaração à Nação" divulgada por Bolsonaro e redigida com a ajuda de Michel **Temer** (MDB).

Segundo esses assessores, o presidente precisa encontrar outras formas de agradar a base radical do bolsonarismo, e o palco da ONU foi o escolhido para enviar a mensagem.

O mandatário afirmou, por exemplo, que o Brasil está "há dois anos e oito meses sem qualquer caso concreto de corrupção". Na verdade, há investigações em curso envolvendo, inclusive, aliados e familiares do presidente, em crises que abarcam até a pandemia - caso do escândalo da Covaxin, em que há suspeitas de corrupção em um contrato bilionário para a compra de vacinas contra a Covid-19.

Há ainda o caso das "rachadinhas" com investigações envolvendo o hoje senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), e indícios de que o próprio presidente, quando era deputado, tinha atuação no esquema.

Na ONU, o mandatário também afirmou que no feriado de 7 de Setembro o Brasil teve a maior manifestação de sua história. Outras ocasiões, porém, como na campanha das Diretas Já (1984), em protestos de Junho de 2013 e atos pelo impeachment de Dilma Rousseff (2016) reuniram quantidade muito maior de pessoas.

Bolsonaro citou a crença em Deus e a valorização da família como trunfos da administração, o que, para ele, representaria uma "base sólida" para o país, "se levarmos em conta que estávamos à beira do socialismo", afirmação que não encontra eco na realidade.

Com esse tom, o presidente deixou evidente que seu discurso, apesar de proferido na reunião com a presença de mais de cem lideranças mundiais, tinha, na verdade, o objetivo de alcançar o público doméstico. A retórica de recorrer a valores cristãos e "tradicionais" no enfrentamento a um inimigo comum - nesta fala, o socialismo - é parte da estratégia vitoriosa de Bolsonaro nas eleições de 2018.

Ao dizer na ONU que respeita a Constituição, ele ignorou o conjunto de ameaças golpistas que promoveu nos últimos meses, com ataques a instituições como o Supremo Tribunal Federal (STF) e a seus ministros, chegando a afirmar que desrespeitaria decisões judiciais de um magistrado.

Entre as muitas declarações com dados imprecisos ou distorcidos, o líder brasileiro, co -mo já fez em outras oportunidades, voltou a dizer que sua posição na pandemia era a de combater o vírus e o desemprego de forma simultânea, acrescentando que políticas de isolamento social "deixaram um legado de **inflação**".

O presidente insiste em um discurso já refutado por especialistas, que apontam que um combate rigoroso ao vírus serviria de base para a retomada econômica. Pesa ainda contra Bolsonaro uma série de situações em que ele minimizou a gravidade da crise sanitária.

Ainda no campo econômico, ao propagandear uma estimativa de crescimento de 5% para 2021, Bolsonaro omite o fato de que grande parte dessa aparente ascensão é, na verdade, efeito estatístico, visto que o país vem de um 2020 em queda. Ele também falou sobre a geração de empregos.

"Lembro que terminamos 2020, ano da pandemia, com mais empregos formais do que em dezembro de 2019", disse. Houve, no entanto, uma mudança na metodologia do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados de 2019 para 2020 que impede uma comparação adequada.

Além disso, o Brasil alcançou recordes negativos em 2021 que foram ignorados no discurso do presidente. Nunca houve tantos trabalhadores desempregados há mais de dois anos no país, e a taxa média de desemprego ao final de 2020 foi a maior em 30 anos.

Bolsonaro também usou a tribuna da ONU para

defender o chamado "tratamento precoce" contra a Covid, prática que envolve medicamentos comprovadamente ineficazes contra a doença. "Eu mesmo fui um desses que fez tratamento inicial. Não entendemos por que muitos países, juntamente com grande parte da mídia, se colocaram contra o tratamento inicial." Em relação à vacinação, Bolsonaro disse que, até novembro, "todos os que escolheram ser vacinados no Brasil serão atendidos". Embora ele mesmo ainda não tenha recebido o imunizante oficialmente, afirmou apoiar a vacinação.

Contudo, destacou, "o nosso governo tem se posicionado contra o passaporte sanitário ou qualquer obrigação relacionada à vacina" - algumas dessas medidas são adotadas, por exemplo, em Nova York.

Na pauta ambiental, uma das maiores responsáveis pelos danos à imagem do Brasil no cenário internacional, Bolso na ro afirmou ter havido redução de 32% do desmatamento no mês de agosto em comparação ao mesmo mês do ano anterior. O dado é verdadeiro e tem base no sistema Deter, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Há, porém, problemas na metodologia. Segundo a Agência Lupa, os 918 km<sup>2</sup> desmatados representam área 75% superior à registrada em agosto de 2018 (526 km<sup>2</sup>), última medição para o mês, anterior ao início do governo Bolsonaro.

E o desmatamento avançou, de forma geral, sob sua gestão.

Embora tivesse prometido quealaria sobre a questão do marco temporal para reservas indígenas, Bolsonaro não o citou, mas afirmou que 14% do território brasileiro é composto por reservas, onde vivem 600 mil indígenas, que "cada vez mais desejam utilizar suas terras para a agricultura e outras atividades".

Na área dos direitos humanos, afirmou que o Brasil "sempre acolheu refugiados" e citou os mais de 400 mil venezuelanos atendidos pela Operação Acolhida em decorrência da "grave crise político-econômica gerada pela ditadura bolivariana" -Bolsonaro não citou diretamente o nome de Nicolás Maduro.

Este foi o terceiro discurso do líder brasileiro na ONU. Em 2019, ele usou a tribuna para atacar críticos de sua política ambiental, a imprensa e países como Cuba e Venezuela.

No ano passado, em discurso por vídeo, já que a Assembleia-Geral foi quase toda virtual, em razão da Covid, voltou a parte desses temas.

Disse que o Brasil era vítima de mentiras sobre as

queimadas na Amazônia e que parte delas seria motivada por "causas naturais inevitáveis". Também defendeu suas ações na pandemia e acusou a imprensa de disseminar pânico.

A participação deste ano durou 12 minutos, a mais curta das três oportunidades. Em 2019, Bolsonaro falou durante 32 minutos, e, no ano passado, ao longo de 14 minutos. Colaborou a sucursal de Brasília

Após mostrar dedo para manifestantes, Queiroga pega Covid

O ministro Marcelo Queiroga (Saúde) recebeu diagnóstico positivo para Covid-19 nesta terça (21) em Nova York. Ele integrava a comitiva do presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da ONU. O ministro deveria embarcar para o Brasil junto com a comitiva presidencial, mas ficará em Nova York, cumprindo isolamento. Na noite de segunda (20), Queiroga havia mostrado o dedo do meio para manifestantes, quando a comitiva de Bolsonaro enfrentou um princípio de confusão com um protesto após um jantar. Nesta terça, o presidente desmarcou em cima da hora uma entrevista que daria à ONU News, site de notícias da entidade, após seu pronunciamento na Assembleia-Geral. Nesta terça à tarde, a única agenda de Bolsonaro fora do hotel foi uma visita, com a primeira-dama, ao memorial do 11 de Setembro. O presidente criticou jornalistas: "Olha aí a imprensa e as distorções que vocês fizeram, então tá bom".

-

## REPERCUSSÃO À FALA DE BOLSONARO

Greenpeace ONG "Declarações falsas, distorcidas ou negacionistas de Bolsonaro são recorrentes em seus pronunciamentos públicos. É assim que o presidente tem "respondido" aos problemas ambientais do Brasil."

Human Rights Watch ONG "Em seu discurso na ONU, Bolsonaro não mencionou os quase 600 mil brasileiros mortos pela Covid-19, o segundo maior número do mundo. Ele ignora as vidas perdidas como se não tivessem relação com a resposta desastrosa do seu governo, que fechou os olhos para a ciência."

Ciro Gomes pré-candidato à Presidência pelo PDT "Tudo como previsto. Poucos minutos de discurso na ONU e uma carga de mentiras, mistificações, obscurantismo e hipocrisia que poderia cobrir anos e anos. Mas este tempo de vergonha tem seus dias contados. Fora, Bolsonaro."

Renan Calheiros senador (MDB-AL) e relator da CPI da Covid "Os vexames na ONU do presidente da República vão desde vaias, puxadinhos, proibição de

acesso por falta de vacinação, advertências públicas do prefeito de Nova York, e a negação universal das vacinas diante do primeiro ministro do Reino Unido. O discurso lamentavelmente pífio na Assembleia mostra ao mundo a República do cercadinho, uma vergonha para todos os brasileiros."

Luiz Eduardo Ramos ministro da Secretaria-Geral da Presidência "Presidente Jair Bolsonaro mostrou o Brasil que o mundo não conhece... Defensor da liberdade, do meio ambiente e dos brasileiros."

Ernesto Araújo ex-chanceler de Bolsonaro "Minha primeira impressão é de um discurso um pouco tecnocrático. Acho que o presidente reafirmou alguns princípios básicos do governo na nossa atuação internacional desde o começo, os valores que nos moviam. Mas é um discurso um pouco frio, sem paixão."

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49676>**

# Discurso funciona para a realidade paralela da bolha

***Maria Cristina Fernandes***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1)

# Guedes, Pacheco e Lira propõem limite de R\$ 39,9 bi para precatórios



**Fábio Pupo Washington Luiz**

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmaram após reunião com o ministro Paulo Guedes (Economia) nesta terça-feira (21) que vão conversar com lideranças parlamentares para discutir um novo texto para a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos precatórios enviada pelo Executivo.

O objetivo é criar em 2022 um limite de R\$ 39,9 bilhões para o pagamento de precatórios (dívidas do Estado reconhecidas pela Justiça), dentro do teto de gastos -que impede o crescimento real das despesas.

O restante programado para o ano (R\$ 49,1 bilhões) seria postergado para anos seguintes, mas com a possibilidade de ser pago por meio de brechas fora do teto de gastos.

A proposta de criação de um limite específico para os precatórios vinha sendo costurada por meio de uma resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), mas encontrou resistências no Judiciário e agora as discussões continuam no Congresso.

O cálculo do limite em discussão usa como base o montante pago em precatórios em 2016 (ano de criação do teto de gastos federais) e o corrige pela **inflação**. O valor resultante (R\$ 39,9 bilhões em 2022) seria o máximo a ser pago pela União em precatórios dentro do teto.

O que ficar fora da limitação seria jogado para anos seguintes, mas poderia ser pago de forma adiantada por meio de alternativas -como o que vem sendo chamado de encontro de contas (a União poderia quitar o passivo com a algum credor com as dívidas que tem a receber dele).

Mecanismos similares já eram previstos na PEC do governo e também incluem pagamento de precatórios fora do teto usando um fundo abastecido com recursos de vendas de estatais e de imóveis federais.

"Haveria alternativas [para o saldo não pago dentro do limite] inseridas na PEC, que seriam possibilidades de encontro de contas, de compensações, de realização com ativos, de negociação entre partes", afirmou Pacheco.

"Essa liquidação nessas modalidades não significaria romper o teto de gastos públicos, porque seriam alternativas fora do Orçamento corrente e da despesa corrente que tem a limitação do teto de gastos", disse o presidente do Senado.

Pacheco afirmou que, caso as alternativas de liquidação não sejam suficientes para limpar todo o passivo excedente de R\$ 49,1 bilhões em 2022, os pagamentos remanescentes ficariam para 2023.

"É uma ideia inteligente, que precisa ser avaliada e trabalhada politicamente e tecnicamente, mas que pode dar uma solução à quase totalidade dos R\$ 89 bilhões, respeitar o teto de gastos em sua concepção original e abrir espaço para o que mais nos preocupa e que tem nos unido, que é o programa social Bolsa Família ou assemelhado", afirmou Pacheco.

Segundo a Reuters, a reformulação da PEC também prevê a possibilidade de quitação imediata do volume diferido com um desconto de 40% e parcelamento em dez vezes, com correção pela Selic, segundo fonte do governo ouvida pela agência.

Outras alternativas para os credores, ainda segundo a Reuters, seriam: aquisição de imóvel público; quitação de débitos inscritos em dívida ativa; pagamento de outorga de delegações de serviços públicos; aquisição de participação societária e de compra de direitos, como a antecipação de valores a serem recebidos a título do excedente em óleo em contratos de partilha de petróleo.

A PEC original do governo já tinha sido aprovada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara e previa um parcelamento em até dez anos dos maiores precatórios sob determinadas regras, o que

abrirá um espaço de R\$ 33,5 bilhões em 2022. A nova proposta tem impacto igual àquela discutida com o Judiciário e abre R\$ 49,1 bilhões no Orçamento.

A proposta de Orçamento de 2022 já está no limite do teto de gastos em 2022, considerando a totalidade dos R\$ 89,1 bilhões em precatórios a serem pagos no ano que vem e nenhuma expansão do Bolsa Família.

O estrangulamento no Orçamento de 2022 acontece pela **inflação**, pelas pressões da classe política por mais recursos para o Bolsa Família e em outras frentes e também porque governo e Congresso deixaram de cortar despesas.

Guedes afirmou que é preciso lançar uma camada de proteção aos mais pobres para minimizar o impacto da pandemia e da **inflação**.

"Tivemos aumento do preço da comida, crise hídrica, uma série de pressões inflacionárias, e precisamos proteger as camadas mais vulneráveis. Esse é o posicionamento da nossa classe política com muita competência, dizendo que precisamos equacionar isso", disse o ministro.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) se reuniu com líderes da base e da oposição para acertar os procedimentos que serão acrescentados à PEC que já tramita na Casa. Lira se comprometeu a dar celeridade à proposta e a instalar a comissão especial para analisá-la ainda nesta terça-feira.

"O trâmite da PEC na Câmara é bem mais complexo que no Senado. Nós tentaremos nessa conversa, partindo de todas as premissas que foram aqui relatadas, abreviar o mais rápido possível o tempo de tramitação da PEC, se houver acordo e convergência, haja vista as dificuldades", disse.

Ao chegar à Câmara após o almoço, Lira afirmou que uma ampla maioria, "quase que a totalidade" dos líderes partidários, apoiou a ideia de acelerar a tramitação.

Ao iniciar a sessão, Lira anunciou a instalação da comissão. "Iremos contar prazo de segunda a sexta para agilizar a tramitação do prazo mínimo de dez sessões, para que possamos levar a plenário e remetê-la ao Senado o mais rapidamente possível."

Ele disse que terá conversas para definir os nomes do presidente da comissão e relator da PEC ainda nesta terça.

O deputado defendeu ainda a aprovação da reforma do Imposto de Renda para respaldar o novo programa social do governo em 2022.

"Ficou bastante claro que não é tese do CNJ, não é a tese de A ou a tese de B, é a tese do cumprimento do teto de gastos e respeito às decisões judiciais. Nós temos que encontrar uma saída palpável que nos dê garantia de atender a todos e manter o Brasil no caminho tranquilo do desenvolvimento e implantação dos programas que são essenciais".

Consultoria da Câmara questiona efeito de precatórios

Marcela Ayres

O argumento de que a pesada conta de precatórios para 2022 causaria o colapso da máquina pública é questionável, avaliou a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, justificando que a proposta orçamentária para o próximo ano previu o pagamento dessas despesas na íntegra e mesmo assim elevou o volume dos gastos discricionários (não obrigatórios).

Em nota técnica publicada nesta terça-feira (21), a consultoria reforçou que o projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o ano que vem foi encaminhado ao Congresso com previsão de pagamento de R\$ 89,1 bilhões em precatórios e um volume de discricionários de R\$ 98,6 bilhões, sem considerar a reserva das emendas impositivas de bancadas de R\$ 16,2 bilhões.

"No PLOA 2021, os gastos discricionários haviam sido orçados em R\$ 96,1 bilhões, sem que se argumentasse que tal patamar implicaria o colapso da máquina pública", afirmou a consultoria.

"Depreende-se, portanto, que o parcelamento proposto não é uma fatalidade em si mesma, mesmo considerando que tal assunto é grave e onera o Tesouro Nacional e requer discussão das medidas para evitar seu crescimento exponencial. No entanto, não pode ser um expediente orientado à abertura de espaço orçamentário para a agregação de novas despesas", acrescentou.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem se referido aos precatórios como um meteoro para as contas públicas, defendendo que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do governo para diferir a quitação de parte dessas obrigações é crucial não só para a expansão do novo Bolsa Família, mas para acomodação de uma série de despesas públicas.

Em sua nota técnica, a consultoria ponderou que a PEC pode ser considerada um "mecanismo questionável", já que a regra do teto de gastos foi concebida para que eventuais aumentos de despesas fossem atrelados à redução de outros gastos.

A consultoria também afirmou que adiar o pagamento não diminui efetivamente a despesa pública, já que há na verdade o acúmulo de passivos da União. Também avaliou que a postergação traz o risco de elevação das despesas com juros a partir da percepção de agentes de mercado de que a PEC poderia significar menor comprometimento com a gestão fiscal.

"Não há, em suma, qualquer ganho econômico efetivo com o parcelamento de precatórios, a menos que o montante diferido fosse direcionado a investimento público com elevada taxa de retorno -o que não parece o caso", disse a consultoria.

"O que há, reitere-se, é a abertura de espaço orçamentário para acomodar um volume maior de despesas anuais, predominantemente correntes - mesmo que meritórias no cenário de pós pandemia. A acomodação de despesa deve seguir o caminho da adequação orçamentária e da sustentabilidade fiscal", completou.

A PEC do governo divide em dez parcelas o pagamento dos precatórios de mais de R\$ 66 milhões e impõe uma limitação provisória dos pagamentos anuais de precatórios a 2,6% da receita corrente líquida, o que também sujeitará precatórios entre R\$ 66 mil e R\$ 66 milhões a eventual parcelamento. Pelo texto, os precatórios de até R\$ 66 mil serão integralmente quitados.

Se aprovada, a PEC abriria um espaço de R\$ 32,35 bilhões no Orçamento do ano que vem, calculou a consultoria, e de R\$ 504,89 bilhões até 2029.

A consultoria também estimou que, considerando a dinâmica de parcelamento proposta no texto, o estoque da dívida com precatórios poderia alcançar R\$ 1,88 trilhão em 2036, volume equivalente a 92% da receita corrente líquida, "sugerindo a exaustão dos recursos do Orçamento e a insolvência".

"Enquanto a taxa de crescimento dos precatórios for maior que a taxa de crescimento da receita corrente líquida, qualquer proposta de parcelamento acabará gerando um estoque inadmissível no futuro, dado o grande acúmulo de passivos".

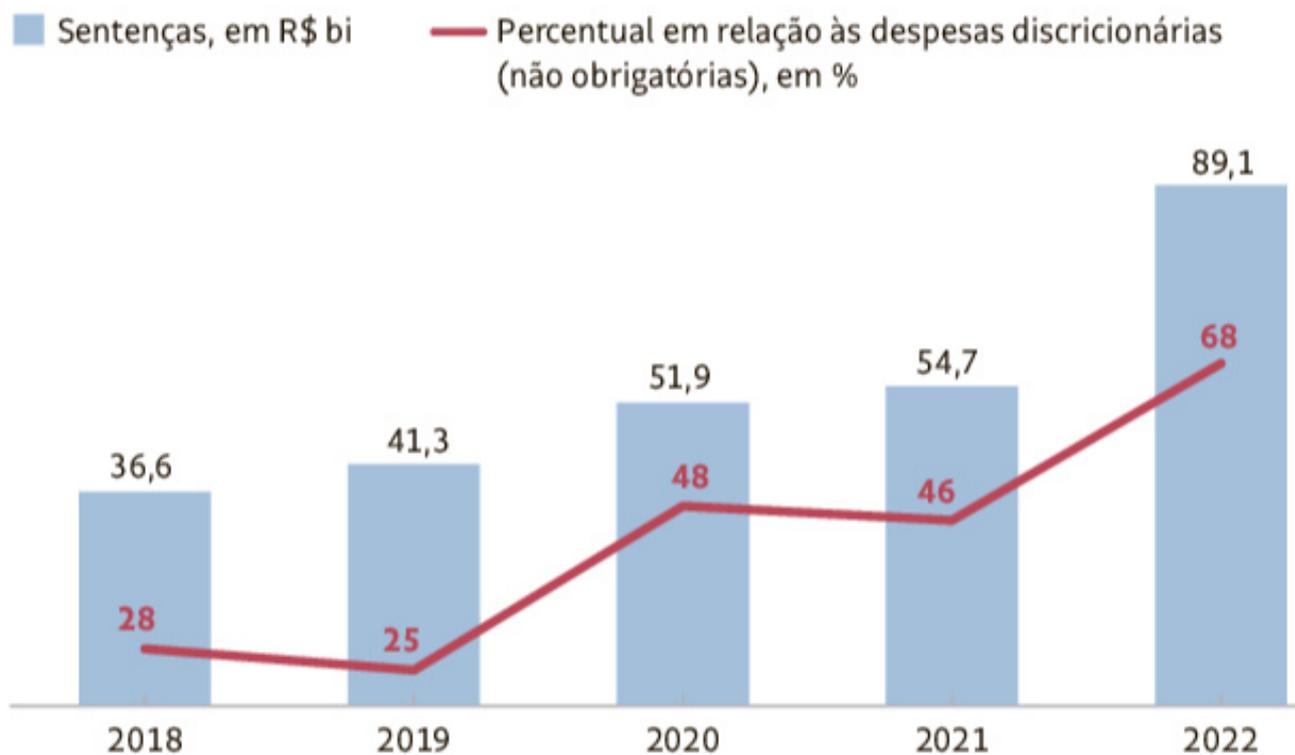
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>**

**76**

## Precatórios

Evolução dos gastos com sentenças judiciais contra a União



Fonte: Ministério da Economia

# Redução dos incentivos fiscais, o plano imperfeito (Artigo)

**LIVI GERBASE**

Não é desta vez que o governo vai revisar os R\$ 300 bilhões que deixa de arrecadar por ano com incentivos fiscais. O governo federal enviou ao Congresso, no último 15 de setembro, um projeto de lei que propõe um Plano de Redução Gradual de Incentivos e Benefícios Fiscais Federais. Tal plano estava previsto na Emenda Constitucional (EC) 109, aprovada em março deste ano. Quando foi proposto, a ideia era promover responsabilidade fiscal não só por meio de cortes de despesas, mas também via redução nos incentivos fiscais, que custam mais de R\$ 300 bilhões por ano aos cofres públicos e afetam o déficit primário e o financiamento de políticas públicas.

Em contraposição a esse objetivo declarado, o plano apresentado não visa uma diminuição substancial dos incentivos. Foi realizada uma interpretação restritiva da EC 109, que reduziu o possível impacto do plano nas contas públicas: em cima de uma estimativa de R\$ 307,9 bilhões de incentivos fiscais para 2021, o plano propõe uma redução de apenas R\$ 22,4 bilhões nos próximos cinco anos. A expectativa criada com a aprovação da EC 109 era de redução, em oito anos, de 50% do total de incentivos fiscais, que cairiam de 4% para 2% do **PIB**.

O plano também não possui explicações sobre qual foi o processo de escolha de quais incentivos serão cortados. Como são políticas públicas, assim como as despesas diretas do governo, esses gastos indiretos deveriam passar por um processo de avaliação pautado por objetivos e metas, para que fossem elencados critérios para a redução ou renovação de cada incentivo.

Indo para a realidade, a justificativa que aparece no Projeto de Lei é simplesmente não renovar os incentivos que estão com prazos próximos ao fim, além dos já discutidos na proposta de Reforma do Imposto de Renda, elaborada pelo Ministério da Economia. Metade dos incentivos fiscais nem entrou no Plano por ter sido colocada como exceção na EC 109, como os da Zona Franca de Manaus e o programa Simples Nacional.

Não houve critérios para a escolha dos incentivos, pois não há transparência nos incentivos fiscais, isto é, não sabemos que empresas recebem os incentivos. Isso

impede não só avaliações governamentais, mas também o escrutínio da sociedade, que não sabe para onde estão indo os seus recursos. Se não são monitorados, esses incentivos passam a ser privilégios fiscais, muito diferentes dos gastos diretos do governo federal, que são constantemente monitorados por meio de processos orçamentários anuais.

É nesse sentido que o Inesc, FIAN Brasil, ACT Promoção da Saúde e Campanha Contra os Agrotóxicos, com apoio da Purpuse, lançaram recentemente a campanha Só Acredito Vendo, que visa à aprovação do PLP 162/2019, o qual obriga a **Receita Federal** a divulgar os beneficiários dos incentivos fiscais. O PLP passou no Senado e, agora, está a caminho do plenário da Câmara dos Deputados.

A Só Acredito Vendo analisa também incentivos federais que são danosos ao meio ambiente e à saúde - são concedidos anualmente cerca de R\$ 4 bilhões à indústria de refrigerantes, R\$ 1,7 bilhão aos agrotóxicos e R\$ 20 bilhões à produção de petróleo e gás. No PL, esses incentivos não serão cortados, enquanto o plano propõe o fim da Lei de Incentivo ao Audiovisual, principal fonte de financiamento do cinema brasileiro. O critério "não renovar os incentivos que estão findando" não parece ser o melhor para enfrentar os problemas de um país em crise sanitária, ambiental, econômica e social.

Precisamos, urgentemente, de um processo sério de revisão dos incentivos fiscais, que aumente o espaço fiscal para políticas públicas e garanta que os incentivos dados às empresas de fato beneficiem as pessoas e promovam emprego e renda. Não veio desta vez. A proposta é mais um atestado da vontade do governo federal de manter os privilégios das elites econômicas em detrimento de investimentos em políticas sociais no Brasil.

Mestre em economia política internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

# Receita em operações com bitcoins

*André Guilherme Vieira De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013)

# "Fantasmas" na mira

**BERNARDO MELLO E THIAGO PRADO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

## Falta de acordo impede votação



» VERA BATISTA » RAPHAEL FELICE

Governistas se movimentam, por um lado, na tentativa de aprovar o mais rápido possível a reforma administrativa, e a oposição reforça sua indignação, por outro, com manifestações, atos de protesto e pedido para a rejeição da PEC nº 32/2020. Pela quarta vez, a votação do relatório do deputado Arthur Maia (DEM-BA) foi adiada por falta de consenso, diante de forte pressão dos prós e dos contras. O argumento do relator foi que uma nova versão ainda não estava pronta. No entanto, na prática, o que está acontecendo é um esforço para costurar acordos.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já admitiu que não conseguiria, de pronto, os 308 votos necessários. Assim, por determinação do presidente da comissão especial, deputado Fernando Monteiro (PP-PE), as reuniões marcadas para ontem e hoje, pela manhã, foram canceladas. A reunião deliberativa extraordinária (virtual) desta quarta-feira será às 15h30. Haverá outra amanhã, às 9 horas. O último substitutivo apresentado pelo relator foi unanimemente rejeitado por basicamente todos os setores da sociedade.

Ontem, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) protocolou um pedido de rejeição à PEC. No documento, destaca que a proposta é "flagrantemente inconstitucional, por abolir direitos e garantias fundamentais; terceirizar o serviço público; não combater privilégios dos membros de poder; facilitar a demissão dos **servidores públicos**; gerar insegurança jurídica; prejudicar direito adquirido; precarizar relações trabalhistas; não atender aos anseios da sociedade e representar um grave retrocesso social".

"Haverá uma "farra" de contratos temporários e de

terceirização de mão de obra, o que, na prática, será o fim dos concursos públicos", diz o presidente da Servir Brasil, deputado Israel Batista (PV-DF). O contrato por tempo determinado, disse, é um vínculo precário. "Pode ser entendido como se o Estado estivesse dando um "mau exemplo", em franco desrespeito aos direitos trabalhistas, criando uma nova classe de trabalhadores "com emprego, mas sem condições de sustento"', reforça o deputado.

Também ontem, partidos políticos de esquerda se uniram (PT, PDT, PSB, PSOL, PC do B, Rede, Solidariedade e PV), assinaram nota conjunta e declararam que votarão contra a PEC 32. Opinam que o Brasil caminha na direção contrária do mundo no pós-pandemia. "Não podemos dar a esse governo a oportunidade de alterar profundamente a estrutura e o papel do Estado brasileiro. Um governo incompetente, sem credibilidade e que vem perdendo cada vez mais apoio popular nas pesquisas", informam.

Pelo segundo dia consecutivo, servidores dos Três Poderes e das três esferas protestaram dentro e fora do Congresso Nacional contra a PEC 32/2020. E prometem ainda mais pressão enquanto durar a discussão sobre o texto. Representantes do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) e também filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) foram ao Aeroporto Internacional de Brasília para recepcionar parlamentares que chegavam à capital em protesto contra a PEC 32.

No corredor de desembarque do aeroporto, estenderam faixas com mensagens contrárias à reforma e entoaram palavras de ordem, como: "Se votar não volta" e "Se votar na PEC, acabou o seu sossego". O texto trouxe de volta benefícios retirados de agentes de segurança na reforma da Previdência e a redução de jornada e de salários de servidores. Além de facilitar interferência política, beneficiar membros de Poderes e ter pesado a mão para a base da pirâmide remuneratória do serviço público.

# Alerj aprova aumento de 24% para servidores

**GABRIEL SABÓIA** [gabriel.saboia@oglobo.com.br](mailto:gabriel.saboia@oglobo.com.br)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Jabutis da MP dos combustíveis incluem até benefício a aéreas



Nicola Pamplona

A MP (medida provisória) 1.063, que libera postos para comprar etanol direto da usina ou gasolina de outras marcas, já ganhou na Câmara 73 emendas, algumas que fogem do tema da proposta do Executivo, os chamados jabutis.

Para o setor, a enxurrada de propostas preocupa por levar ao Congresso atribuições que são da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), como aconteceu na MP de privatização da Eletrobras, que atropelou o planejamento ao realizar uma minirreforma setorial.

Na MP dos combustíveis, os jabutis tratam de temas como a liberação para a fabricação de veículos leves a diesel, a permissão de bombas self service em postos, serviços de delivery na venda de gasolina e benefícios a setores específicos, como o de aviação.

Alguns dos temas de emendas já são debatidos no Congresso por outros projetos de lei, como a implantação de subsídio na compra de gás para famílias de baixa renda ou a criação de um fundo de estabilização dos preços dos combustíveis.

Proibida no país desde os choques de petróleo dos anos 1970, a fabricação de veículos leves a diesel é tema de emendas apresentadas pelo deputado federal Kim Kataguiri (DEM-SP) e Adriana Vantura (Novo-SP), sob o argumento de que pode ajudar a reduzir o preço dos combustíveis.

"Diversos países usam o diesel para veículos de passeio, inclusive por conta de questões ambientais", defende o deputado. "Ademais, a autorização para o

uso do diesel pode tornar o combustível mais barato, aliviando a presente crise inflacionária."

O setor de combustíveis é contrário à ideia, alegando que o Brasil ainda é importador de óleo diesel e a popularização de veículos com esse combustível poderia ter impacto na balança comercial. Além disso, pela sua importância no transporte de cargas, o diesel tem carga tributária bem inferior à da gasolina.

Em outras emendas, Kataguiri e Ventura também propõem a permissão para que postos tenham bombas automáticas para atendimento self service. Ele defende que, sem o custo dos frentistas, os preços poderiam ser menores.

"Em supermercados, bancos, restaurantes, cinemas, companhias aéreas etc., é possível o auto atendimento. Por que seria diferente com o setor de combustíveis?", questiona Ventura. "O Brasil está décadas atrasado na área. As bombas de autosservício são utilizadas em todos os países desenvolvidos."

A permissão para o delivery de combustíveis, tema que hoje é debatido na ANP, é defendida pelo deputado Felipe Rigoni (PSB-ES). Atualmente, a agência vem acompanhando operações em fase de testes, antes de dar um parecer final sobre o modelo.

"A ampliação das operações empresariais relativas aos combustíveis é intimamente conectada à incrementação concorrencial do setor", diz o deputado, defendendo que a medida garantirá "inovador serviço ao consumidor".

Já o senador Chico Rodrigues (DEM-RR) pede isenção de **impostos** federais para a compra de combustível por companhias aéreas, alegando que o setor enfrenta "a pior crise da história" provocada pela redução da demanda durante a pandemia.

"Segundo estimativas do governo federal, adotado o incentivo, cerca de R\$ 250 milhões ao ano deixariam de ser arrecadados com as contribuições federais", diz. "Entretanto, a medida é urgente e necessária para evitar um desmonte maior do setor, tão relevante para a economia e a sociedade."

A aviação agrícola também é tema de uma emenda, do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que quer

que o segmento tenha direito de comprar etanol diretamente das usinas, defendendo que a medida "repercute no custo final da produção agrícola nacional".

A maior parte das emendas trata de questões tributárias em relação à venda direta de etanol, concentrando a cobrança de **impostos** federais sobre os produtores, em um modelo chamado monofasia, que já vinha sendo discutido pelo Congresso.

O deputado José Neto (Podemos-GO) vai além e tenta legislar sobre **impostos** estaduais, propondo a unificação das alíquotas de ICMS sobre os combustíveis em 17% para a gasolina e 10% para diesel e etanol, com um prazo de dois anos para cumprimento da meta.

O tema é alvo de divergências entre o governo federal e os estaduais, que têm nos combustíveis um importante foco de arrecadação e alegam preferir discutir a carga tributária sobre o setor no âmbito da **reforma tributária**.

Toda vez que tem projeto de lei e medida provisória, muita gente aproveita para colocar jabuti, é um risco sempre que está transitando projeto no Legislativo", diz a diretora de Downstream do IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo), Valéria Lima.

Embora diga que todas as propostas devam ser acompanhadas, ela vê poucas chances de que as menos afeitas ao tema da MP evoluam. O próprio IBP patrocina emendas ao texto, mas tentando derrubar a possibilidade de que postos comprem combustíveis de outras marcas.

O instituto alega que, além de se tratar de uma relação contratual entre postos e distribuidoras, o decreto que regulamentou a medida não resolve questões de defesa do consumidor geradas pela proposta, como a garantia de que o consumidor será informado sobre qual produto está comprando.

Além disso, não trata de uma questão vista como fundamental para o setor: a segregação dos tanques de armazenamento por origem do combustível. "O consumidor entra num posto que tem a marca tal, como vai saber qual produto está na bomba?", questiona.

Nesta segunda (13), o presidente Jair Bolsonaro editou nova medida provisória antecipando o prazo de vigência das propostas da MP dos combustíveis, que havia dado 90 dias para estados organizarem a parte tributária e ANP estabelecer regras.

A nova MP, de número 1.069, veio junto com decreto

estabelecendo alguns critérios para a venda de combustíveis de outras marcas e, mais uma vez, foi vista pelo mercado como um atropelo ao papel do órgão regulador.

"Sem o devido aprofundamento técnico da matéria e dos impactos no setor, a MP 1069/21 antecipa o processo de revisão do marco regulatório da revenda, que vem sendo conduzido pela ANP, órgão competente para regular o mercado de combustíveis no país", disse o IBP.

Em conjunto com a Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes), o IBP divulgou nota nesta segunda (20) afirmando que as medidas não devem resultar em redução do preço dos combustíveis.

No caso da venda direta de etanol, diz, as margens de distribuidoras são reduzidas e eventuais ganhos seriam engolidos por aumento de custos dos postos para buscar o produto. Já em relação à venda de combustíveis de outras marcas, as entidades alegam que 47% dos postos brasileiros já são livres para escolher o fornecedor e a medida não alteraria a dinâmica do mercado.

"Neste sentido, as medidas provisórias não trarão a redução esperada nos preços nem aumento da concorrência e, sim, mais confusão ao setor e a possibilidade de agentes não idôneos enganarem consumidores", diz o texto.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49676>

# Especialistas apontam mais pontos negativos do que positivos em proposta

*Fabio Graner*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1)

## A distância entre versão e fato

O discurso de Jair Bolsonaro na abertura da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas trouxe elementos que não exatamente correspondem à realidade do país. Temas como corrupção, credibilidade ante a comunidade internacional, recuperação econômica, preservação da Amazônia e mesmo o tamanho dos atos que convocou a favor do seu governo - cujas pautas pediam, entre outras coisas, a desobediência a decisões do Supremo Tribunal Federal e o "enquadramento" de ministros da Corte - foram tratados pelo presidente de maneira positiva.

Veja a seguir o que é versão e o que é realidade.

Versão - "Estamos há dois anos e oito meses sem qualquer caso concreto de corrupção".

Fato - Há dois inquéritos em andamento na Polícia Federal que investigam eventuais atos de corrupção por atuais e ex-integrantes do governo federal - um deles envolve o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que supostamente favoreceu a exportação ilegal de madeira da Amazônia. Além disso, a CPI da Covid investiga um possível caso de corrupção no contrato de compra da vacina Covaxin, produzida na Índia pelo laboratório Bharat Biotech. E mesmo não sendo integrante do governo, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) responde a processo no caso das rachadinhas.

Versão - "Apresento, agora, um novo Brasil com sua credibilidade já recuperada. Meu governo recuperou a credibilidade externa e, hoje, se apresenta como um dos melhores destinos para investimentos".

Fato - O Brasil ainda está longe das primeiras posições quando o assunto é confiabilidade de investidores estrangeiros. Segundo o Índice de Confiança do Investimento Estrangeiro Direto de 2021 da Kearney, o Brasil é o 24º entre os 25 países que mais atraem capital estrangeiro.

Versão - "No último 7 de Setembro, data de nossa Independência, milhões de brasileiros, de forma pacífica e patriótica, foram às ruas, na maior manifestação de nossa história".

Fato - Apesar de não ter relatado que as manifestações pediam o fechamento do Supremo Tribunal Federal e, em alguns casos, a implantação de uma ditadura, nos registros das manifestações a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em

2016, estima-se que pelo menos 3 milhões de pessoas participaram dos atos. Além disso, em 1984, o último comício das Diretas Já - que pedia o retorno das eleições diretas para presidente da República - atraiu, no mínimo, 1,5 milhão de pessoas ao Vale do Anhangabaú, em São Paulo.

Versão - "Como demonstrado, o Brasil vive novos tempos. Na economia, temos um dos melhores desempenhos entre os emergentes".

Fato - Considerando a queda de 0,1% no Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre de 2021, o Brasil teve um dos piores desempenhos entre 48 países que também divulgaram informações sobre o resultado da produtividade das suas economias, entre abril e junho deste ano. Segundo informações compiladas pela Austin Rating, o Brasil ficou na 38ª posição.

Versão - "Na Amazônia, tivemos uma redução de 32% do desmatamento no mês de agosto, quando comparado a agosto do ano anterior".

Fato - Dados do Imazon apontam que, em agosto, a área desmatada foi 7% maior que o mesmo mês do ano anterior. Além disso, de janeiro a agosto de 2021, cerca de 7.715 km² foram desmatados, sendo 48% maior que o mesmo intervalo em 2020.

Versão - "Concedemos um auxílio emergencial de US\$ 800 para 68 milhões de pessoas em 2020".

Fato - Bolsonaro deu a entender que esse seria o valor mensal, quando, na verdade, trata-se da somatória das parcelas pagas até dezembro. Considerando os pagamentos de quem começou a receber em abril do ano passado, no total foram cinco depósitos de R\$ 600 e outros quatro de R\$ 300, que correspondem a aproximadamente US\$ 788.

Versão - "As medidas de isolamento e lockdown deixaram um legado de **inflação**, em especial nos gêneros alimentícios no mundo todo".

Fato - Segundo especialistas da área econômica, o que tem empurrado a **inflação** no Brasil são os preços dos alimentos, combustíveis e da energia elétrica.

Imprensa registra posições polêmicas

Diário de Notícias (Portugal) - Na concepção do jornal lisboeta, o discurso do presidente foi considerado

"radical" e negacionista em relação a pandemia de covid-19. "O presidente do Brasil voltou a defender o tratamento precoce e a atacar o isolamento no combate à pandemia, contradizendo a Organização Mundial da Saúde", foi a manchete.

ele sempre combate nas lives das quintas-feiras.

The Guardian (Inglaterra) - Tratou Bolsonaro como uma figura com atitudes "polêmicas" durante a pandemia, que se recusou a tomar a vacina e fez propaganda do "tratamento precoce" - que, comprovadamente, não faz efeito algum contra a covid-19. Ressaltou, ainda, a contradição no discurso do presidente, salientando que seu governo apoia a vacinação, mas não concorda com o passaporte de vacinas.

Clarín (Argentina) - Destacou que Bolsonaro tentou atingir o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva - à frente do presidente em todas as pesquisas eleitorais para a disputa ao Palácio do Planalto, em 2022 - ao dizer que o Brasil estava à "beira do socialismo".

The New York Times (Estados Unidos) - Para um dos mais influentes jornais do mundo, o discurso de Bolsonaro surpreendeu pela "defesa do uso de medicamentos ineficazes contra o coronavírus". Chamou-o, ainda, de "presidente de extrema-direita". Além disso, o diário observou que "Bolsonaro minimizou repetidamente a ameaça que o vírus representava, criticou as medidas de isolamento e foi multado por se recusar a usar máscara na capital".

El País (Espanha) - De acordo com o diário madrilenho, "havia expectativa de um discurso mais moderado, o que não aconteceu." Para o jornal, Bolsonaro foi "fiel às suas posições negativas" ao atacar as medidas de restrição para combater a covid-19.

CNN (Estados Unidos) - A emissora qualificou o discurso de Bolsonaro de "desafiador, mas isolado". Segundo a reportagem publicada no site, o presidente brasileiro apresentou um Brasil "muito diferente do país devastado pelo coronavírus".

Bloomberg (Estados Unidos) - O site salientou que "Bolsonaro, que até agora se recusou a receber a vacina contra a covid-19, disse que (...) as medidas restritivas adotadas pelos governadores durante a pandemia foram responsáveis pelas altas taxas de desemprego e inflação do país".

The Washington Post (Estados Unidos) - O site do jornal disse que ele parece ter quebrado o "sistema de honra" das Nações Unidas para a vacinação - ou seja, conseguiu que mesmo sem estar vacinado, participasse da cerimônia. Mesmo assim, dentro do prédio da ONU usou máscara de proteção - algo que

# Nas grandes crises, governos sempre salvam empresas em apuros - MERCADO S/A



É quase sempre assim: se há risco de uma grande empresa quebrar e arrastar a economia de um país, os governos entram em ação. Na crise financeira nos Estados Unidos, em 2008, o presidente George W. Bush criou um plano de resgate para socorrer as companhias em apuros. A seguradora AIG recebeu US\$ 85 bilhões. A General Motors, US\$ 50 bilhões. A Chrysler, US\$ 12,5 bilhões. Em todos os casos acima, a origem do dinheiro era pública. Nas emergências, portanto, até uma nação como os Estados Unidos rasga a cartilha liberal para levar a fatura para o bolso dos contribuintes. Agora, a história deverá se repetir. O governo chinês estuda incorporar a Evergrande, segunda maior empresa do mercado imobiliário do país e que acumula dívidas impagáveis de US\$ 300 bilhões. É provável que a Evergrande se torne uma companhia 100% estatal. Nesse caso, as regras de ouro do capitalismo, segundo as quais apenas as melhores empresas sobrevivem, vão para a lata do lixo.



Commodities agrícolas em alta pressionam indústria de alimentos

A **inflação** está por toda parte. De acordo com levantamento da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), o valor das commodities agrícolas disparou entre agosto de 2020 e agosto de 2021. Nesse período, milho, óleo de soja e café robusta subiram 74%, 67% e 63%, respectivamente. O impacto é alto, uma vez que as matérias-primas agropecuárias e as embalagens respondem por cerca de 60% do custo de produção industrial. Para o consumidor final, a alta pode chegar a 20%.

Viagens internacionais voltam ao radar dos turistas

A reabertura das fronteiras internacionais para brasileiros traz bons ventos para a economia. Segundo levantamento da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), em agosto, 95% das operadoras do país venderam pacotes ou passagens para o exterior. Um ano atrás, o percentual estava próximo de zero. O interessante é que boa parte das viagens será efetuada no curto prazo. O mesmo relatório mostra que 32% das viagens compradas em agosto estão previstas para ocorrer ainda neste ano.



AMAURI SEGALLA

Google compra prédio corporativo e esfria adoção de

home office

Os especialistas que cravaram o fim dos grandes escritórios corporativos com a expansão do home office não esperavam por essa: o Google anunciou que irá comprar um edifício empresarial em Nova York por US\$ 2,1 bilhões - é o maior negócio desse tipo no país desde o início da pandemia e um dos maiores do mundo. A aquisição é um sinal inequívoco das intenções da empresa em voltar para a jornada presencial. Espera-se que os funcionários voltem aos escritórios a partir de janeiro.

48% e 32%, respectivamente, diante de igual período de 2020. Segundo a empresa, os dados refletem a mudança de mentalidade da população na pandemia.

"Bolsonaro disse na ONU que o Brasil estava à beira do socialismo quando assumiu. É mentira. Ele recebeu o cargo do presidente Michel **Temer**, que havia empreendido um conjunto impressionante de reformas estruturais, todas voltadas para reforçar as bases de uma economia de mercado, e não para o socialismo"Maílson da Nóbrega, economista

1.000%

foi quanto cresceu o número de vendedores no marketplace da Via, dona das bandeiras Casas Bahia e Ponto, em 2021. No início do ano, eram 10 mil. Agora, são 100 mil.

Rapidinhas

» Os meios de pagamentos digitais avançam no Brasil. Segundo estudo do Banco Central, em 2020, foram realizadas 46,1 milhões de transações em dispositivos móveis como smartphones e tablets. O número representa um aumento de 35% na comparação com 2019. Os meios digitais já respondem por 37% dos pagamentos de contas e transferências.

» A digitalização é cada vez mais presente em todos os âmbitos de negócios, mas velhos hábitos persistem. No setor de moda, os clientes gostam de ver o produto de perto, tocá-lo e experimentá-lo antes de finalizar a compra. Nascida no ambiente digital, a Amaro, por exemplo, vai abrir sete lojas físicas de roupa até o final do ano.

» A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu a previsão de crescimento do **PIB** global em 2021 de 5,8% para 5,7%. A surpresa veio das estimativas para a economia brasileira. Segundo a OCDE, o **PIB** do país crescerá 5,2% no ano. A projeção anterior era de 3,7%.

» A Mag Seguros, especializada em vida e previdência, detectou alto crescimento na procura por seguro de vida em Minas Gerais e no Distrito Federal, no primeiro semestre de 2021 - os aumentos foram de

# Acordo reduz quitação de precatórios para R\$ 39 bi



“A imposição do pagamento dos R\$ 89 bilhões de precatórios deve respeitar o teto de gastos públicos. A partir de uma atualização desde 2016, chega-se a um valor de R\$ 39 bilhões que seriam honrados”

■ Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, que anunciou acordo após reunião com Fernando Bezerra, Paulo Guedes e Arthur Lira

Brasília- A União terá de pagar em 2022 apenas R\$ 39 bilhões dos R\$ 89 bilhões que deve em precatórios. É o que prevê um acordo discutido ontem entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. A diferença de R\$ 50 bilhões seria negociada entre os credores e o governo federal. O Executivo argumenta que só pode conceder reajuste no Auxílio Brasil, o programa social que vai substituir o Bolsa-Família a partir do ano que vem, se conseguir reduzir o valor desembolsado para o pagamento dos precatórios, que são dívidas judiciais da União.

O assunto foi discutido na residência oficial de Rodrigo Pacheco, em Brasília. Além de Arthur Lira e Paulo Guedes, o líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), esteve presente. A solução negociada entre Legislativo e Executivo pode ser incluída na proposta de emenda à Constituição (PEC) 23/2021. Conhecida como PEC dos Precatórios, a matéria tramita na Câmara. Mas depende ainda de negociação com os líderes partidários e demais senadores e deputados.

Para Pacheco, a proposta tenta conciliar três "conceitos": a obrigatoriedade de pagamento dos precatórios, a importância de um "programa social robusto" e o respeito ao teto de gastos. A proposta limita o estoque de precatórios que seriam obrigatoriamente pagos em 2022, levando em conta o teto de gastos.

O objetivo é projetar para o próximo ano a mesma participação que os precatórios tiveram no teto de gastos em 2016. Naquele ano, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 95, que restringe os gastos públicos durante 20 anos. "A imposição do pagamento dos R\$ 89 bilhões de precatórios deve respeitar o teto de gastos públicos. A partir de uma

atualização desde 2016, chega-se a um valor de R\$ 39 bilhões que seriam honrados. Dentro disso, [a prioridade é para] aqueles de menor valor, para prestigiar o maior número de pessoas que aguardam o pagamento desses precatórios", explicou Pacheco.

De acordo com o presidente do Senado, o acordo prevê um rol de possibilidades para o pagamento dos R\$ 50 bilhões restantes. "Para esse saldo ser honrado, há caminhos. Haveria alternativas, como encontro de contas, compensações e negociação entre as partes. O precatório, no final das cotas, tem um credor e um devedor que podem, dentro de um ambiente de negociação, a partir de uma autorização legislativa e constitucional, dar solução a esse saldo já em 2022", avaliou.

Para Rodrigo Pacheco, caso União e credores não cheguem a um acordo sobre a forma de pagamento da diferença, o valor remanescente dos precatórios seria transferido para 2023. Mas, segundo o presidente do Senado, a proposta não pode ser classificada como "calote". Admitamos que nenhum desses negócios jurídicos taxativos da proposta de emenda à Constituição possa se concretizar em determinados casos. Aí se transferiria a obrigação para 2023. Não é calote. É uma prorrogação. Temos uma realidade: o cumprimento do teto. Outra hipótese seria tirar os precatórios do teto de gastos públicos, o que nesse momento, considerando todas as pressões que há em relação a **inflação**, cambio e estabilidade do país, não seria conveniente", disse.

"Não é uma equação fácil. É uma equação complexa e difícil. Mas, como a política é a arte de escolher, estamos encaminhando uma possível solução. Se for aprovado na Câmara, o compromisso no Senado é ter a maior agilidade possível na Comissão de Constituição e Justiça e no Plenário para que possa ser aprovada em tempo hábil", disse Pacheco.

Para Guedes, o reajuste no valor do programa social depende de um "duplo compromisso". "De um lado, o compromisso social, a responsabilidade social. Temos que lançar uma camada de proteção para minimizar o impacto que os resultados da pandemia trouxeram. Tivemos aumento no preço da comida, crise hídrica e uma série de pressões inflacionárias. Precisamos proteger as camadas mais vulneráveis. De outro lado, o tempo inteiro, com responsabilidade social, que é o

compromisso com as futuras gerações. Esse difícil equilíbrio é que é a arte da política", disse o ministro.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Bolsa se recupera com expectativa de solução para Evergrande e precatórios



Clayton Castelani são paulo

A Bolsa de Valores brasileira acompanhou a recuperação dos mercados globais nesta terça-feira (21), um dia após o temor de calote da gigante do ramo imobiliário chinês Evergrande ter derrubado índices acionários ao redor de todo o mundo.

O Ibovespa, principal índice da B3, fechou em alta de 1,29%, a 110.249 pontos. O dólar caiu 0,86%, a R\$5,2860.

Nos Estados Unidos, Dow Jones e S P500 fecharam próximos da estabilidade, com quedas de 0,15% e 0,08%. O Nasdaq avançou 0,22%.

Na Europa, as Bolsas de Londres, Paris e Frankfurt subiram 1,12%, 1,50% e 1,43%, respectivamente. Na China, Hong Kong teve alta de 0,51%. Xangai avançou 1%.

A recuperação dos mercados globais nesta terça é atribuída, principalmente, à expectativa de que o governo chinês ajude a Evergrande a conseguir capital, diminuindo assim o risco de colapso de instituições financeiras.

"A expectativa é a de que o governo chinês traga alguma solução, embora o Partido Comunista Chinês precise colocar na balança o que é mais danoso: o risco sistêmico da insolvência da incorporadora ou o risco moral de resgatá-la", diz Filipe Fradinho, analista técnico da Clear Corretora.

No Brasil, a recuperação do Ibovespa é também resultado do diálogo entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e o ministro Paulo Guedes (Economia) para o pagamento de parte dos precatórios de 2022.

Após o encontro com Guedes, Lira e Pacheco disseram que vão conversar com lideranças parlamentares para discutir um novo texto para a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos precatórios enviada pelo Executivo.

O objetivo é criar em 2022 um limite de R\$ 39,9 bilhões para o pagamento de precatórios (dívidas do Estado reconhecidas pela Justiça), dentro do teto de gastos.

O restante programado para o ano (R\$ 49,1 bilhões) seria postergado para anos seguintes, mas com a possibilidade de ser pago por meio de brechas fora do teto de gastos.

Independentemente do teor da proposta, o mercado espera que Executivo e Legislativo apresentem respostas para viabilizar o pagamento de precatórios e encontrem fontes de financiamento para o novo Bolsa Família, destravando assim o Orçamento de 2022, segundo Camila Ab-delmalaek, economista-chefe da Veedha Investimentos

"Em relação à questão dos precatórios, qualquer alternativa será alvo de questionamento econômico e jurídico, mas depois de algumas semanas o mercado tende a diluir" diz Abdelmalack.

Altas no setor varejista também contribuíram para que a Bolsa brasileira fechasse no azul, com destaque para os papéis da Méliuz (CASH3) e Via (VIA3), que subiram 13,60% e 11,28%, respectivamente.

Os resultados da Via, dona das marcas Casas Bahia e Ponto Frio, foram impulsionados após a empresa divulgar que superou no início deste mês 100 mil vendedores terceiros em sua plataforma online.

Entre os papéis mais negociados do dia, as ações da Vale (VALE3) subiram 0,97% e as da Petrobras (PETR4), 2,27%.

Após duas baixas seguidas, o petróleo fechou em alta de 1,03%, com o barril do Brent, referência para o mercado, cotado a US\$ 74,68 (R\$ 396,13).

Nesta quarta-feira (22), o Copom (Comitê de Política Monetária) irá divulgar sua decisão em relação à taxa básica de juros nacional (Selic), que deverá subir de

5,25% para 6,25% ao ano, segundo projeções do mercado.

Nos Estados Unidos, o mercado acompanhará o desfecho da reunião do Fome, o comitê de política monetária do Fed (Federal Reserve, o Banco Central americano).

A expectativa é por um **comunicado** sobre os próximos passos da política monetária do país. Os investidores aguardam a sinalização sobre quando Fed irá reduzir o seu programa de compra de títulos.

Em agosto, o presidente do Fed, Jerome Powell, informou que a desaceleração do ritmo de compras de títulos pode ocorrer ainda neste ano.

Analistas aguardam sinal de ajuda do governo chinês

## HONG KONG, NOVA YORK E PEQUIM

| Reuters e afp Temores persistentes de calote ofuscaram os esforços do presidente do Evergrande, gigante do setor imobiliário, para melhorar a confiança na empresa nesta terça-feira (21), enquanto o governo chinês não dá sinais de que vai intervir para evitar a queda da empresa e o efeito dominó na economia global.

Em carta, Xu Jiayin, que também fundou a empresa em 1996, a firmou aos funcionários que está confiante na recuperação do grupo e que ele sairá "em breve de seu momento mais obscuro", informou o jornal estatal Securities Times nesta terça.

Ele escreveu ainda que a empresa retomará por completo seu trabalho e produção, garantirá a entrega dos imóveis e "apresentará uma resposta responsável aos comprado res de casas, investidores, sócios e instituições financeiras", sem dar detalhes sobre como alcançará esses objetivos.

A crise da Evergrande provocou protestos incomuns diante dos prédios da empresa na China, organizados por investidores e fornecedores que erigiam seu dinheiro com a possível falência da empresa, que tem dívidas superiores a US\$ 300 bilhões (R\$ 1,6 trilhão). Algumas pessoas afirmaram que devem receber até US\$ 1 milhão (R\$5,3 milhões).

O grupo admitiu na semana passada que está sob "tremenda pressão" e que pode não ter capacidade de pagar suas obrigações.

Analistas minimizaram os temores de a Evergrande se tornar o Lehman Brothers (banco cuja falência catalisou a crise financeira de 2008) da China, embora haja nos mercados preocupações com os riscos de

contágio de um colapso desordenado daquela que já foi a incorporadora de maiores vendas da China.

Os investidores, entretanto, permaneceram cautelosos. As ações das empresas chegaram a cair 7%, depois de queda de 10% no dia anterior, diante dos temores de que seres US\$ 305 bilhões (R\$ 1,6 trilhão) em dívida possam provocar perdas disseminadas no sistema financeiro da China no caso de um colapso. O papel terminou o pregão com perdas de 0,4%.

"Se for permitido o default de uma parte da dívida da Evergrande, isso provocará questões sobre toda a dívida remanescente com os investidores e o governo não quer uma crise mais ampla como essa", disse o diretor gerente da Orient Capital Research.

O governo chinês não se pronunciou sobre a crise da Evergrande nas últimas semanas, mas perspectiva é ajude a empresa ao menos a conseguir algum capital. A gigante do ramo imobiliário pode ter que vender a participação a um terceiro, como empresas estatais, disse o banco holandês ING em nota.

Analistas do Citi disseram que os reguladores podem "comprar tempo para digerir" o problema da Evergrande orientando os bancos a não retirarem o crédito e ampliarem o prazo da dívida.

Episódio de empresa chinesa sinaliza a desaceleração no país

Lucas Bombana

Nos últimos dias, as atenções do mercado financeiro global se voltaram quase que exclusivamente para a China, por conta do risco trazido por uma eventual quebra do conglomerado Evergrande.

No entanto, já faz algum tempo que um dos grandes responsáveis por impedir uma queda ainda mais pronunciada da economia global durante a fase mais aguda da pandemia vem dando sinais que trazem preocupações aos investidores, realçadas agora com os temores sobre a falência da Evergrande e os reflexos que poderia trazer para a economia e os mercados globais.

Arthur Mota, economista do BTG Pactual Digital, afirma que as maiores preocupações relacionadas à China começaram a aparecer em meados do segundo semestre do ano passado, quando o governo chinês sinalizou a adoção de uma nova postura intervencionista em setores como tecnologia, financeiro, educação e imobiliário.

Ele lembra que a postura do governo chinês se dá em

um contexto de mudança no modelo de desenvolvimento. O avanço com taxas de dois dígitos nas décadas anteriores alimentaram um crescimento robusto, mas com o aumento da desigualdade. O governo trabalha agora para desenvolver o que é chamado de prosperidade comum.

O economista nota que, neste contexto de mudança de rumo, a Evergrande passou a sofrer financeiramente com a desaceleração provocada pelo próprio Estado chinês e não teve condições de reduzir o seu alto nível de alavancagem.

"O setor imobiliário começou a desacelerar com força e rapidamente, e grandes incorporadoras como a Evergrande passaram a ter dificuldades de vender os empreendimentos em construção" aponta João Leal, economista da gestora de recursos Ido Bravo.

Imagens que circularam na internet recentemente mostram prédios sendo demolidos na China por falta de demanda. Em um deles, 15 arranha-céus, parte do projeto Liyang Star City, foram demolidos após passarem oito anos inacabados por falta de compradores, de acordo com o economista Jonathan Hartley.

"Os investidores estão preocupados que um evento de crédito da Evergrande poderia contagiar outros desenvolvedores imobiliários, fornecedores, o sistema financeiro e a economia de forma geral", diz o banco UBS, em relatório.

Roberto Dumas, professor de economia chinesa do Insper, lembra que o setor imobiliário é vital no motor de crescimento local e, por tabela, no crescimento global. Representa cerca de 25% do PIB chinês. A perda de tração da economia como um todo seria inevitável se a Evergrande quebrasse e contaminasse o avanço do setor imobiliário.

De toda forma, porém, Dumas não acredita que o evento envolvendo a Evergrande trará o mesmo impacto para a economia e os mercados que foi provocado pelo caso do Lehman Brothers, em 2008.

"Economia, política e sociedade é uma coisa só na China", diz Dumas. Ele lembra que, caso o impacto econômico de uma eventual quebra da Evergrande comece a se disseminar por um grande número de pessoas, é provável que comecem a ocorrer manifestações populares, o que o governo chinês evitará.

Os analistas do UBS apontam que, em um cenário no qual a Evergrande deverá ter dificuldades para honrar com suas obrigações, o ponto mais importante será como ficarão as entregas de projetos, sob a ótica da

estabilidade social.

Em um cenário pessimista, os lançamentos poderiam ter uma queda de 20% em bases anuais. Esse impacto, por sua vez, poderia tirar de 1 a 2 pontos percentuais do **PIB** chinês.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49676>**

# Brasil vai disputar topo entre os países com maior inflação, afirma OCDE

O índice de preços ao consumidor no Brasil deve ficar entre os maiores do mundo, considerando um grupo de cerca de 20 economias com projeções divulgadas nesta terça-feira (21) pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Em 2021, somente dois países entre os 19 selecionados teriam **inflação** superior à brasileira, Turquia (17,8%) e Argentina (47%).

O índice de preços no Brasil é projetado pela instituição em 7,2% para este ano, recuando para 4,9% em 2022, o que colocaria o país com a quinta maior **inflação** na lista, atrás também de Rússia e Índia, ambos com 5,5%.

O IPCA, índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE e que serve como meta de **inflação**, está em quase 10% no acumulado em 12 meses até agosto.

A última projeção de mercado, considerando o relatório Focus do Banco Central, é de 8,35% para este ano e 4,1% no próximo.

A projeção de 2022 da OCDE está praticamente no limite da meta, que é de até 5%.

Segundo pesquisa Datafolha, mais de 70% dos brasileiros consideram que governo tem responsabilidade pela alta da **inflação**.

Ao comentar a **inflação** nos países emergentes, a OCDE afirma que houve surpresas consideráveis nos índices de preços que, provavelmente, persistirão por algum tempo. Condições monetárias mais rígidas, no entanto, ajudarão a limitar as pressões internas sobre os preços, principalmente na segunda metade de 2022.

A projeção de crescimento da economia brasileira em 2022 foi revista de 2,5% para 2,3% pela OCDE, de acordo com o relatório. A projeção anterior havia sido feita em maio. Para 2021, passou de 3,7% para 5,2%.

Com esses resultados, o país crescerá abaixo da média mundial tanto em 2021 (5,7%) quanto em 2022 (4,5%). No próximo ano, teriam resultados menores que o do Brasil apenas dois países em uma lista de 20 nações: Japão (2,1%) e Argentina (1,9%).

No relatório intitulado "Mantendo a recuperação no caminho certo", a OCDE afirma que o crescimento econômico mundial acelerou este ano, ajudado por um forte apoio de políticas fiscal e monetária, pelo avanço da vacinação em alguns países e pela retomada de muitas atividades econômicas.

O **PIB** global já ultrapassou seu nível pré-pandemia, mas "a recuperação segue muito desigual" e a atividade ainda está 3,5% abaixo do que se estimava antes da atual crise para meados de 2021. Isso representa uma perda equivalente a um ano de crescimento econômico em tempos normais (US\$ 4,5 trilhões).

Ou seja, o mundo teve a chamada "recuperação em V" do nível de atividade, mas esse movimento deixou um buraco na renda das pessoas que ainda não foi preenchido.

"Fechar essa lacuna é essencial para minimizar as cicatrizes de longo prazo da pandemia via empregos e perdas de renda", diz a OCDE.

Segundo a entidade, lacunas de produção e emprego permanecem em muitos países, particularmente em economias em desenvolvimento, onde as taxas de vacinação ainda são baixas.

A instituição afirma que o impacto econômico da variante delta do coronavírus tem sido relativamente suave em países com altas taxas de vacinação, mas reduziu o ímpeto de curto prazo em outros lugares e aumentou as pressões sobre cadeias de abastecimento globais e custos.

Para a OCDE, os governos precisam garantir todos os recursos necessários para vacinar suas populações o mais rápido possível, de forma a salvar vidas, preservar rendimentos e colocar o vírus sob controle.

No cenário mais otimista da OCDE, a economia poderia crescer 6,25% em 2022 e voltar à tendência pré-crise, com um progresso mais rápido na distribuição de vacinas eficazes, o que aumentaria a confiança e os gastos de consumidores e empresas. No mais pessimista, a queda no ritmo de vacinação e uma possível redução na eficácia das atuais vacinas pode levar a um novo fechamento de atividades, e o mundo crescerá apenas 3%.

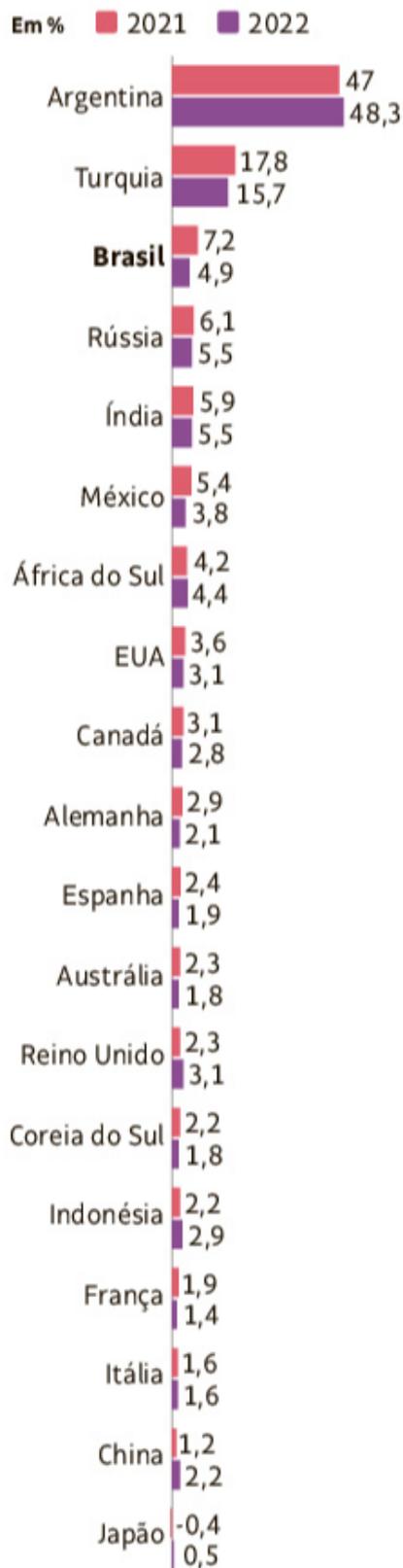
Para a entidade, também é necessário manter o apoio de políticas macroeconômicas, pois a perspectiva de curto prazo ainda é incerta e os mercados de trabalho não se recuperaram. É preciso, no entanto, uma sinalização clara sobre o horizonte e a extensão em que a alta da **inflação** será tolerada e o planejamento em direção à normalização da política monetária.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>**

**76**

## Brasil deve ter terceira maior inflação entre países selecionados



Fonte: OCDE Economic Outlook setembro 2021

# Presidente distorce a lógica ao transferir culpa da inflação

**Adriana Fernandes**

Bolsonaro tenta emplacar para o seu eleitorado.

O presidente Jair Bolsonaro usou o seu discurso na abertura da Assembleia- Geral da Organização das Nações Unidas como palanque eleitoral para se livrar da pressão que o seu governo sofre com a alta da **inflação**.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A desculpa da vez foi que as medidas de isolamento e lockdown deixaram um legado de **inflação**, numa nova tentativa de culpar governadores e prefeitos pela elevação atual dos preços no Brasil e que pode lhe tirar capital político nas eleições do ano que vem, quando buscará a reeleição.

O presidente mistura alhos com bugalhos invertendo e distorcendo a lógica dos acontecimentos para transferir a culpa da **inflação**. Aliás, como tem feito com quase todos os grandes problemas que aparecem.

A culpa é dos outros.

A retórica presidencial na ONU, porém, espertamente esquece que o lockdown à brasileira (que nunca chegou a ser efetivo por conta da pressão contrária do próprio governo federal) do início da pandemia não trouxe problemas de abastecimento de alimentos.

O presidente esquece que a **inflação** se aqueceu na fase de retomada da economia e no rastro da quebra das cadeias produtivas em todo mundo, que trouxe dificuldades de suprimento de insumos para a indústria. A alta dos preços de commodities de alimentos no mundo inteiro ajudou a piorar. Problemas que não são só brasileiros.

O problema brasileiro foi, sim, o governo não ter se beneficiado completamente do boom de commodities e aumento das exportações.

A despeito desse movimento, o real continuou bastante desvalorizado e a taxa de câmbio pressionada por fatores internos com ruídos políticos alimentados pelo próprio presidente e econômicos. Tudo isso se somou a administração titubeante da crise hídrica com o tarifaço de energia potencializaram os problemas para o controle da **inflação** que começou a dar as caras no segundo semestre do ano passado. Trata-se de mais desinformação que

# Precatório ajuda Bolsa, mas persiste risco Evergrande



Carta. Imprensa estatal chinesa diz que o fundador da Evergrande prometeu superar crise

**LUIS EDUARDO LEAL, ANTONIO PEREZ E MAIARA SANTIAGO e AFP**

Apesar de o risco de calote da chinesa Evergrande ainda assombrar os mercados, as principais Bolsas do mundo tiveram ontem um dia de recuperação, depois do tombo registrado na segunda-feira. Foi o caso da B3, cujo índice subiu 1,29%, a 110.249,73 pontos. A reação da Bolsa brasileira também contou com efeito do acordo, em Brasília, para o pagamento dos precatórios.

Já o dólar cedeu 0,84%, cotado a R\$ 5,2863.

Com o desempenho de ontem, o Ibovespa cede agora 7,18% no mês, limitando a perda a 1,07% na semana - no ano, cai 7,37%. Banco do Brasil ON subiu 2,54%, enquanto Petrobras ON e PN avançaram 1,59% e 2,27% cada, e Vale, 0,97%.

"A declaração sobre precatórios agradou por mostrar alguma unidade. Talvez não haja mais espaço para agenda de reformas neste ano, mas para contenção de danos, sim", diz Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, observando também que a recuperação de ontem teve impulso do exterior.

Apesar da aprovação do mercado, especialistas discordam da proposta, que prevê rolar para depois de 2022 até R\$ 49,2 bilhões das dívidas que deveriam ser pagas no ano que vem.

Para o economista Ítalo Franca, do Santander Brasil,

esse "saldo alheio" precisa de gerenciamento para evitar o risco de acúmulo nos anos seguintes. Nos cálculos de Franca, sem nenhum tipo de gerenciamento desse "resto", há potencial para acumular R\$ 170 bilhões em precatórios não pagos entre 2022 e 2025, o que equivale a 1,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) previsto para 2022.

"Essa tratativa é positiva e reduz um pouco a percepção de risco fiscal para o próximo ano, o que traz um alívio em um primeiro momento. Mas acaba jogando o problema para 2023, e há o risco de um efeito bola de neve", diz a economista-chefe da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack.

Os ganhos do mercado foram limitados ainda por alguma tensão diante do caso Evergrande.

"A expectativa é de que o governo chinês traga alguma solução, embora o Partido Comunista Chinês precise colocar na balança o que é mais danoso: o risco sistêmico da insolvência da incorporadora ou o risco moral de resgatá-la", diz Filipe Fradinho, analista técnico da Clear Corretora.

Para além da China, a expectativa pela "Super Quarta", com as decisões do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e do Banco Central brasileiro, também pesou no movimento de recuperação do mercado.

Para Cruz, da RB, o Fed pode sinalizar hoje um movimento tímido de diminuição do programa de compra de títulos públicos, com provável início no primeiro trimestre de 2022. Aqui, o mercado espera que o Copom anuncie aumento de 1 ponto porcentual para a Selic.

A promessa do fundador. Conforme carta divulgada ontem pela imprensa estatal chinesa, o presidente da Evergrande, Xu Jiayin, disse a sua equipe que está confiante de que o grupo emergirá "em breve de seu momento mais sombrio". Ele enfrenta a ira de compradores e investidores que temem perder seu dinheiro em uma possível falência da Evergrande, que deve mais de US\$ 300 bilhões (cerca de R\$ 1,6 trilhão).

Conforme o jornal estatal Securities Times, Xu Jiayin, que fundou a Evergrande em 1996, afirmou ainda que

a empresa vai retomar suas obras, garantir a entrega dos imóveis e "dar uma resposta responsável aos compradores, investidores, sócios e instituições financeiras".

Ontem, as ações asiáticas continuaram sofrendo com a crise. A Bolsa de Hong Kong fechou em alta de 0,51%, recuperando apenas parte do tombo de 3,3% da véspera. Os papéis da Evergrande recuaram 0,44%, depois da queda de mais de 10%.

Em Tóquio, na volta da Bolsa japonesa após um feriado nacional, o Nikkei caiu 2,17%, pressionado por ações ligadas ao setores de máquinas e siderurgia.

Os mercados da China, da Coreia do Sul e de Taiwan não operaram pelo segundo dia seguido em razão de feriados. Nova York fechou sem direção única, com Dow Jones e S P 500 em baixa, mas o Nasdaq em alta.

Na Europa, as Bolsas de Londres, Paris e Frankfurt tiveram ganhos de 1,12%, 1,43% e 1,50% cada.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

---

- **Dívida gigantesca**

**US\$ 300 bi**

é o endividamento da segunda maior incorporadora da China. Há cobranças individuais de

**US\$ 1 milhão**

nas multidões de investidores e fornecedores em protestos em frente aos prédios da empresa na China

.....

# A realidade paralela de Bolsonaro (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Auxílio Brasil custará R\$ 61,2 bilhões em 2022

**GERAL DA DOCAE FERNANDA TRISOTTO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

**Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>**

# Crise testa poder da China para endireitar sistema financeiro

**MARCELO NINIO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

**Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>**

# Histórico não sanciona PIB inferior a 1% em 2022, diz SPE

**Fabio Graner**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1)

# Acordo por precatório avança, mas desagrada parte do Congresso

*Lu Aiko Otta, Raphael Di Cunto e Mariana Ribeiro*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1)

# OCDE alerta para riscos do aumento da inflação

**Assis Moreira**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1)

# O dilema dos BCs e a desigualdade (Artigo)

***Martin Wolf***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1)

***Site:***

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013?page=1&section=1)

# Copom não vai adiar cumprimento da meta de inflação

*Análise Alex Ribeiro De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187013](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187013)

# Argentina reabre fronteiras para brasileiros



Presidente da Argentina, Alberto Fernández, durante cerimônia de posse de ministros na Casa Rosada

**Pedro Lovisi**

O governo da Argentina anunciou, nesta terça-feira (21), uma série de flexibilizações nas restrições impostas devido à pandemia da Covid-19, como a reabertura de fronteiras, inclusive para brasileiros, e a derrubada da exigência de usar máscara em ambientes abertos.

Os argentinos poderão sair às ruas sem máscara, desde que em lugares sem multidões, a partir de 1º de outubro, segundo divulgou a ministra da Saúde, Carla Vizzotti, em entrevista coletiva com o chefe de gabinete do governo, Juan Manzur -que assumiu o cargo nesta segunda (20), em meio a maior crise política do governo de Alberto Fernández.

O uso do item de proteção permanecerá obrigatório em espaços fechados, como transporte público, cinemas, teatros e locais de trabalho. Além disso, a exigência segue para eventos grandes, ainda que sejam realizados em ambientes abertos.

Já as fronteiras do país passarão por um processo de reabertura gradual. A partir desta terça, segundo a ministra, residentes e estrangeiros que chegarem ao país por motivos de trabalho não serão mais obrigados a ficar isolados por cinco dias, desde que o viajante tenha se imunizado completamente contra a Covid-19 pelo menos 14 dias antes da chegada à Argentina.

A partir de outubro, o governo vai liberar a entrada de pessoas vindo de países limítrofes sem a necessidade de quarentena e abrirá, gradualmente, suas fronteiras terrestres. A flexibilização será estendida a todos os estrangeiros completamente vacinados, a partir de 1º de novembro -aqueles que não estiverem com o esquema vacinal completo deverão cumprir quarentena no país.

A liberação de confraternizações, também a partir de outubro, foi outra flexibilização incluída no pacote. A

partir desta data, discotecas, salões de festas e bailes abrirão as portas, apenas para vacinados, com a capacidade reduzida pela metade.

Eventos com mais de mil pessoas, desde que com 50% de ocupação, também estarão autorizados em outubro, inclusive partidas de futebol.

Segundo Vizzotti, o trabalho agora será feito em conjunto com os ministérios da Segurança, do Esporte e com a Associação Argentina de Futebol para definir quais requisitos serão exigidos.

Em 9 de setembro, a seleção argentina enfrentou a Bolívia pelas eliminatórias da Copa do Mundo Qatar-2022, no estádio Monumental de Núñez, em Buenos Aires.

O evento serviu como um teste, já que contou com 30% da capacidade -a primeira vez que um estádio argentino recebeu torcedores em uma partida oficial, desde março de 2020.

A ministra atribuiu a flexibilização das restrições à queda nas infecções diárias, ao avanço da campanha de vacinação e ao mérito do país de, segundo ela, ter conseguido "conter os surtos e retardar tanto quanto possível a circulação da variante delta como predominante".

Nas últimas 24 horas, segundo o governo argentino, o país registrou 1.837 novos casos de Covid-19; em maio, a média diária chegou a 26 mil - ao todo, o país tem cerca de 5,2 milhões de casos registrados e mais de 114 mil mortes.

Além disso, 63,5% dos 45 milhões de argentinos receberam pelo menos uma dose da vacina e 43,7% estão completamente imunizados -no Brasil, são, respectivamente, 68,6% e 38%. O governo argentino pretende ter pelo menos 50% da população vacinada com duas doses em outubro e avançar, a partir de então, na imunização de adolescentes.

A Argentina vive uma das mais graves crises políticas dos últimos anos e a maior do governo de Alberto Fernández, que tomou posse em dezembro de 2019.

Parte da população, dentre ela, apoiadores e aliados da vice-presidente, Cristina Kirchner, condenam as medidas sociais adotadas pelo atual presidente para frear o retrocesso econômico causado pela pandemia - desde 2018, a Argentina já enfrentava uma enorme

crise econômica, devendo US\$ 44 bilhões ao FMI (Fundo Monetário Internacional).

Como forma de amenizar os conflitos internos do governo, Fernández anunciou uma **reforma ministerial**, colocando ainda mais aliados de Kirchner como chefes de pastas importantes.

Em um sinal do desafio que o governo ainda enfrenta, manifestantes marcharam, nesta terça, em Buenos Aires, com faixas exigindo mais empregos e criticando o FMI.

"As medidas emergenciais que estão sendo anunciadas [planos de pagamentos para aposentados e aumento do salário mínimo] são insuficientes", disse Aylén Macía, porta-voz de um dos movimentos da marcha, à agência de notícias Reuters.

"Queremos salários que estejam de acordo com a cesta básica da família, para que uma família típica possa sobreviver e para que haja medidas concretas de emprego."

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>